

letra

o jornal do alfabetizador

MALA DIRETA
POSTAL
7380786905 DR-MG
CEALE/UFMG



ISSN 1808-0650



Belo Horizonte, maio/junho de 2009 - Ano 5 - nº 18



7 Clássicos de Lobato
Como obras antigas podem
ser trabalhadas nos dias atuais

Troca de ideias
Qual o papel da linguagem
musical na educação? **3**

8 Ensino Fundamental
de 9 anos

Qual a idade adequada para
o ingresso dos alunos?

Entrevista **12**

Elizabeth Serra fala sobre a
promoção da leitura no Brasil

Por uma educação em que o prazer de aprender seja direito de todos



ZELMA VERSIANI E ISABEL CRISTINA FRADE - professoras da Faculdade de Educação da UFMG
pesquisadoras do Ceale e editoras pedagógicas do Letra A

Hoje, no Brasil, há uma intensa discussão sobre o acesso ao livro e a sua necessária articulação com a formação de leitores. Elizabeth Serra, secretária geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, trata desse assunto na entrevista desta edição do *Letra A*. A FNLIJ, sediada no Rio de Janeiro, completou, no ano passado, 40 anos dedicados à promoção de livros para crianças e jovens no Brasil. Elizabeth fala da importância da biblioteca para a formação de leitores e do longo caminho a trilhar para alcançarmos ampla democratização do livro e da leitura no país. Fazendo um breve balanço das ações da fundação desde sua criação, em 1968, ela destaca o que mudou e o que ainda precisa mudar para que mais crianças e jovens tenham acesso a produções literárias, científicas e informativas de qualidade.

A obra de Monteiro Lobato ainda desperta interesse, nos dias de hoje? Esta é a questão que o *Letra A* busca compreender na seção Livro na Roda. Daqui a, relativamente, pouco tempo – 12 anos – *Narizinho arrebitado*, de 1921, completará cem anos! Como entender o desejo sempre renovado pela leitura e releitura dessas narrativas? Por que ainda encantam os leitores? Nos últimos anos, eventos foram realizados e livros publicados tratando da atualidade de Lobato. Essas publicações confirmam que as obras do escritor, embora requeiram a mediação do adulto – pais, professores, bibliotecários – quanto a certos termos em desuso, ainda atraem os jovens leitores brasileiros. Para falar desse interesse que não se esgota, o *Letra A* tomou alguns depoimentos de leitores de Lobato, entre eles, a escritora e professora Marisa Lajolo, autora de vários livros sobre o escritor paulista que sonhou transformar o Brasil em um país de leitores. No livro *Monteiro Lobato, um brasileiro sob medida*, de sua autoria, a escritora conta como começou o seu encanto pela obra do escritor, aos dez anos de idade: "quando a consolação única de um tratamento dentário doloroso era, ao descer da cadeira terrível, ganhar um dos livros da série do Sítio". Lobato também apostou numa escola diferente, onde fosse possível uma leitura mais livre, pois, mesmo quando ensinam, seus livros falam à criança numa linguagem prazerosa.

A escola não pode perder de vista a dimensão estética e ética da formação de crianças e adultos. Infelizmente, muitas vezes, confunde-se a perspectiva do direito ao prazer e ao lúdico com a faixa etária. Muitas vezes, não por acaso, confunde-se a escolarização com um processo excessivamente centrado nos aspectos cognitivos do desenvolvimento o que, conseqüentemente, acarretaria a perda de dimensões igualmente importantes para a formação humana. Todos somos sujeitos de direito de uma educação emancipadora: crianças bem pequenas, maiores, adultos... A problemática que vem surgindo, do ponto

de vista legal e pedagógico, resultante da entrada de crianças de seis anos no ensino fundamental, nos obriga a pensar mais longe: não se trata apenas de definir um recorte etário, mas de pensar sobre o que caracteriza a escola e o que ela faz com os sujeitos e, nesse sentido, qualquer instrumento legal que pense no direito sem refletir sobre as finalidades da educação e sobre seu espaço formativo vai gerar disputas entre segmentos educacionais, entre redes particulares e públicas deixando em segundo plano as questões políticas, culturais, epistemológicas, sociológicas em jogo.

Podemos dizer que o direito à escolarização tem avançado: há um sistema público de educação infantil em expansão. A cada dia cresce o número de crianças menores de seis anos matriculadas em instituições públicas, existe um campo acadêmico consolidado e vários grupos vêm discutindo a especificidade dessa faixa etária, no intuito de propor ações curriculares coerentes. O fenômeno da ampliação do ensino obrigatório para nove anos tem revelado desencontros entre propostas pedagógicas para a educação do aluno menor de sete anos e definições acerca do recorte etário para o ingresso da criança de seis anos no ensino fundamental. As conquistas alcançadas para essa modalidade são muito significativas para a pedagogia e para a infância e devemos continuar implementando ações para que o direito à educação infantil seja universalizado.

A experimentação artística, o contato com a literatura e com outras linguagens artísticas na escola, como a musical, sempre são pontos passíveis de discussão nos currículos escolares. Qual criança, adolescente, adulto não gostaria de ter oportunidade de vivenciar essa linguagem? A música toca em dimensões que outros tipos de linguagem não alcançam. Hoje, discute-se a volta do ensino de música à escola, de onde nunca deveria ter saído. Comemora-se a aprovação da lei que torna obrigatório esse ensino na educação básica. A seção Troca de Ideias traz opiniões a respeito dessa temática com o objetivo de esclarecer a importância da lei e de sua aplicação.

Na discussão sobre a escolarização, muitas vezes, confunde-se a importância de determinadas habilidades cognitivas, como a memória – revitalizada e evocada através da oralidade e da escrita –, com atividades escolares sem sentido, que se ligam à ideia de memorizar ou a um outro termo do mesmo campo semântico. Haveria diferença entre decorar e memorizar? Essa questão também é tratada neste número.

Mais uma vez entregamos a você um jornal produzido com o cuidado e o afeto de sempre, desejando que esta edição também alcance um lugar em sua memória por lhe proporcionar prazer e reflexão.

LETRA A 19

O próximo número do *Letra A* será especial e vai abordar um único tema: os programas do livro, do Ministério da Educação. O objetivo é contribuir para que os professores tirem suas dúvidas e compreendam melhor o funcionamento de programas como PNLD, PNLEM e PNBE, responsáveis pela avaliação e distribuição de livros a escolas públicas brasileiras. O lançamento do jornal está previsto para agosto. Aguarde!

COLABORE COM O LETRA A

Envie suas críticas e comentários à equipe do jornal. Sugestões de temas para as matérias e de projetos interessantes na alfabetização também são bem-vindas. Escreva para letra.a@fae.ufmg.br ou Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – Faculdade de Educação da UFMG – Avenida Antônio Carlos, 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte - MG, CEP: 31270-901. A sua colaboração é muito importante para o *Letra A*. Participe!

EXPEDIENTE

Reitor da UFMG: Ronaldo Tadeu Pena | Vice-reitor da UFMG: Heloisa Maria Murgel Starling | Pré-reitora de Extensão: Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben | Pré-reitora adjunta de Extensão: Paula Coimbra de Mendonça Vianna
Diretora da FAE: Antônia Vitoria Soares Aranha | Vice-diretor da FAE: Orlando Gomes de Aguiar Junior | Diretora do Ceale: Francisca Izabel Pereira Maciel | Vice-diretora do Ceale: Maria Lúcia Castanheira
Editoras Pedagógicas: Zelma Versiani e Isabel Frade | Editora de Jornalismo: Fernanda Santos (13409/MG) | Projeto Gráfico: Marco Sovero | Diagramação: Aureliza Lemos e Cristiano Magalhães | Reportagem: Cédê Silva, Juliana Afonso, Natália Becattini e Sulamara Moreira
Revisão: Helana Maria Brim Brandão

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211 / 3409 5334 Fax: (31) 3409 5335 - www.ceale.fae.ufmg.br



Qual o papel da linguagem musical na educação?



Foto: Acervo pessoal



Cecília Cavallieri França é professora da Escola de Música da UFMG

A volta da obrigatoriedade do ensino de música na educação básica, a partir da aprovação da lei 11.769/2008, é notícia digna de celebração, pelo reconhecimento do valor da música como área de conhecimento. O fazer musical envolve refinadas habilidades motoras, cognitivas e expressivas e, ao mesmo tempo, permite exercitar o sensorial, o intuitivo, o afetivo e o inefável. É uma modalidade de conhecimento genuína – para alguns autores, linguagem, para outros, discurso – com procedimentos e produtos próprios. Segundo Gardner (1983), uma inteligência autônoma; para Swanwick (1994), uma forma simbólica, ou seja, um campo peculiar do conhecimento humano, com seu modo específico de articulação, reflexão e exposição de ideias e de significados (França, 2003).

A experiência musical oferece à criança a oportunidade de cultivar outras capacidades além das lógico-matemáticas, do pensamento convergente, da resposta única e exata (Lehman, 1988). O fazer musical promove a tomada de decisão criativa e expressiva e o desenvolvimento da sensibilidade às ideias não verbais. Dada a sua natureza simbólica, permite a expressão do pensamento de uma maneira não conceitual. Do ponto de vista psicológico, integra e equilibra tendências imaginativas e imitativas, intuitivas e analíticas. Pela sua característica temporal e estrutural, trabalha no sentido de consolidar habilidades cognitivas de descentração e reversibilidade, subsidiando o desenvolvimento do pensamento abstrato da criança em processo de alfabetização.

No entanto, sua implementação no âmbito escolar representa enorme desafio para os atores envolvidos. Para que os benefícios da prática musical se estendam a todas as crianças, é imprescindível que os professores se informem e se qualifiquem para que possam oferecer a elas uma vivência musical significativa e consistente. Esse desafio só será superado a partir do diálogo e da ação efetiva de acadêmicos, políticos e profissionais da área. É preciso compreender que não basta a música estar presente na escola: a maneira como ela se faz presente é o que importa. Cabe, pois, otimizar o impulso natural de ouvir, cantar, dançar, inventar e parodiar, práticas típicas e espontâneas na infância, com um ensino de música que preze o fazer musical ativo, o lúdico, a criatividade, a afetividade, a motricidade e, principalmente, o desenvolvimento da individualidade expressiva da criança. Esses são ganhos que ultrapassam a dimensão artística e tocam a dimensão humana.



Foto: Acervo pessoal



Ricardo Breim é músico e educador

A linguagem musical só se justifica plenamente na educação quando a escola é capaz de se comprometer com a continuidade de dois processos que, segundo Sara Paín, no livro *Sujetividade e Objetividade*, envolvem o desenvolvimento da criança: a construção do conhecimento e sua própria constituição enquanto ser humano. A partir dessa ideia, a autora defende que a escola deve se apoiar em teorias que levem em conta as relações entre desejo e conhecimento no desenvolvimento de seus alunos. É nessa perspectiva que a música, linguagem sonora, pode ocupar seu lugar como objeto de conhecimento, junto com a disciplina de língua portuguesa. Assim, o aluno, que já utiliza a fala para dialogar com o seu próprio conhecimento, tem a possibilidade de aprender também os elementos e os efeitos de sentido da linguagem musical para estabelecer uma espécie de diálogo com o seu próprio ser.

Essa proximidade entre fala e música se justifica, também, porque essas linguagens são complementares no modo de articulação dos parâmetros da física para caracterizar o som enquanto fenômeno: altura, duração, timbre e intensidade. Por exemplo, a exatidão da sílaba depende da precisão na articulação do timbre, tanto quanto a exatidão da nota musical depende da precisão na articulação da altura. A exatidão da palavra depende da precisão na localização do acento tônico, tanto quanto o sentido exato de uma ideia musical depende da escolha de alturas e durações quantificadas e precisas. O sentido exato da ideia contida em um pensamento depende da escolha precisa das palavras, assim como o efeito de sentido exato de um trecho musical depende da construção precisa do seu fluxo.

A presença da música poderá se tornar inquestionável e insubstituível se o ensino e a aprendizagem musical privilegiarem o perceber e o perceber-se como alicerces da construção do conhecimento musical e do ser. Assim, a qualidade das experiências e dos processos de apreciar, compor, interpretar e improvisar deverá ser tão valorizada quanto os produtos finais.

A aprovação da lei 11.769/2008 torna o ensino de música, novamente, obrigatório em toda a educação básica, mas as propostas de educação musical mais compatíveis com as ideias acima ainda não se encontram claramente formuladas e disponíveis para sua utilização em larga escala. A lei determina o prazo de três anos para a inclusão da música no currículo das escolas, mas parece impossível tratar o assunto com a seriedade que merece num prazo menor do que doze anos.

DICTIONÁRIO DA ALFABETIZAÇÃO

Fonema

Fonema é um som distintivo em uma língua. Na prática, isso quer dizer que, se esse som for trocado por outro em uma palavra, tem-se uma nova palavra, de sentido diferente. Podemos dizer que o som /f/ ("fê"), por exemplo, é um fonema porque, ao trocá-lo em uma palavra como /faka/ (faca) por um som como /v/ ("vê"), tem-se outra palavra, /vaka/ (vaca).

Como se pode notar por esse exemplo, os fonemas são transcritos entre barras e representados com símbolos específicos, do Alfabeto Internacional de Fonética. É importante destacar que nem todos os sons de uma língua são fonemas. Um som como [tʃ] ("tchê"), representado entre colchetes,

é apenas um fone da língua portuguesa, um som que não tem valor distintivo. Assim, uma palavra como *tia*, quer seja pronunciada como [tʃia] ("tchia") por um falante de Belo Horizonte (MG), quer seja pronunciada como [tia] ("tia") por um falante de Campinas (SP), apresenta um único sentido. Dito de outra forma, o fato de, em algumas regiões do Brasil, a palavra *tia* ser pronunciada com o fone [tʃ] não muda o seu sentido. Vale observar que essa palavra apresenta o fonema /t/ ("tê") que, se trocado por outro fonema, como /p/, resulta em um novo vocábulo, /pia/ ("pia"), com sentido distinto.

O conceito de fonema é muito importante para o professor alfabetizador ou de língua portuguesa, tendo em

vista que nossa ortografia é baseada na relação fonema/grafema e não na relação som (fone)/letra. Se a ortografia tivesse como referência a relação som (fone)/letra, deveria representar qualquer variação de pronúncia e, consequentemente, de fones. Assim, teríamos formas ortográficas diferentes para a palavra *tia* que seria escrita de um jeito segundo a fala de Belo Horizonte (talvez como *tchia*) e de outro de acordo a fala de Campinas (como *tia* mesmo). Pelo fato de a ortografia considerar o fonema, ela representa cada palavra de uma única forma, geralmente, mesmo que uma palavra apresente diferentes pronúncias ou fones, que não mudam seu significado.



RAQUEL MARTINS é doutora em linguística pela UFMG e pesquisadora do Ceale



Quem tem medo do Lobo Mau?

A partir de uma fábula, projeto transforma alunos surdos em atores (JULIANA AFONSO)

Certo dia, o Lobo Mau estava fazendo um bolo de aniversário para sua avó, mas acabou o açúcar em sua casa. Resolveu, então, pedir um pouco aos vizinhos, os Três Porquinhos. Como estava com um baita resfriado e não controlava seus espirros, acabou derrubando a casa de dois deles. Só uma não caiu, porque era feita de tijolos.

Foi o que realmente aconteceu naquele dia. Pelo menos na versão contada pelo Lobo Mau. Essa história é narrada no livro *A verdadeira história dos Três Porquinhos*, de Jon Scieszka. Na Escola Municipal Vasco Pinto da Fonseca, em Contagem (MG), ela deu origem a um projeto interessante.

Em 2007, o aluno Fabrício Simões, de 12 anos, levou esse livro para a sala de aula para que a professora lesse para sua turma, composta por seis alunos, todos surdos. Fabrício não compreendeu a história, já que não conhecia a fábula dos Três Porquinhos. "Isso é muito comum, pois a maioria dos familiares dos surdos são ouvintes e não dominam a Língua Brasileira de Sinais, não existindo, portanto, momentos de contação de história em casa ou em outros ambientes familiares", explica a professora Ozana Giorgini de Carvalho, educadora de surdos naquela escola.

Ozana, então, levou os alunos para a biblioteca e contou a história original dos Três Porquinhos. Depois, em sala de aula, apresentou um vídeo do Instituto Nacional de Educação de Surdos que trazia várias histórias encenadas por atores com deficiência auditiva. "Quando passei o filme, os estudantes levaram um susto. Eles não compreendiam como alguém podia encenar uma história na televisão usando as mãos. Os alunos estavam acostumados a assistir pessoas ouvintes, mexendo a boca", conta.

Por dois meses, o vídeo foi trabalhado com a turma e também com outros alunos surdos da escola. Foi assim que surgiu a ideia de montar uma peça de teatro em que eles seriam protagonistas. Para isso, a instrutora de Libras da escola também se envolveu no projeto. O trabalho durou dois anos e a peça foi apresentada até fora da escola. Ozana conta que sair da cadeira e subir no palco aumentou a auto-estima dos alunos. "Eram estudantes passivos que acreditavam que só poderiam ver as peças de teatro que os colegas ouvintes representavam, não pensavam que eles poderiam ser os atores", afirma.

Olho no poder

A política no cotidiano dos estudantes: essa é a proposta de um projeto em escola pública do Distrito Federal (CEDÊ SILVA)

Alunos do 5º ano do ensino fundamental frente a frente com deputados, fazendo perguntas diretas sobre seus projetos de lei e o que têm feito para merecer seus votos. Essa foi uma das propostas do projeto Olhar Cidadão, desenvolvido, em 2007, pela professora Francisca Rodrigues de Oliveira, da Escola Distrital Classe 17, em Taguatinga (DF). "As várias atividades incluíam, por exemplo, a participação dos pais, que ajudaram os filhos a escolher um deputado e a construir um perfil dele", conta a professora.

Os alunos levantaram as informações mais relevantes sobre os 24 deputados distritais e fizeram um quadro com seus perfis. O fortalecimento de um olhar crítico orientava os estudantes em todas as disciplinas, como matemática, português, ciências e história. Nessa última, aprenderam sobre as diferentes formas de governo, em especial a democracia.

Durante o projeto, alguns textos foram trabalhados em sala de aula: trechos da Constituição Federal e do Código de Defesa do Consumidor; letras de músicas, como *Deveres e Direitos*, de Toquinho; e o livro *Quem Sou Eu?*, de Gianni Rodari. Houve oportunidade para que levassem o texto da Lei Maria da Penha para casa, com um questionário a ser respondido pelos pais. Na aula seguinte, discutiram temas relacionados aos direitos das mulheres. "As crianças também fizeram uma viagem a Brasília, onde visitaram as sedes dos três Poderes, inclusive o Palácio do Planalto", acrescenta a professora. Aproximando a política do cotidiano, os alunos participaram, ainda, de oficinas sobre o ciclo dos gastos públicos, desde a cobrança de impostos até a compra da merenda escolar.

Segundo a professora Francisca de Oliveira, uma nova edição do Olhar Cidadão será realizada no segundo semestre de 2009.

Furo de reportagem

Uso de matérias jornalísticas em sala de aula estimula trabalho multidisciplinar (CEDÊ SILVA)

A cidade de Naviraí (MS), onde fica a Escola Municipal Odécio Nunes de Matos, não tem um jornal local. Isso não impediu que a professora Maria Lúcia dos Santos trabalhasse textos jornalísticos com seus alunos do 1º ano do ensino fundamental. Para ela, esse é um material muito rico, não só para a alfabetização. "O uso de jornais permitiu trabalhar com diversas áreas do conhecimento", diz a professora.

Toda semana, Maria Lúcia comprava exemplares de três periódicos — dois do Mato Grosso do Sul e um do Paraná — e levava para a sala de aula. Os alunos eram convidados a conhecer as notícias e a comparar os materiais, analisando qual trazia mais novidades. Os estudantes também identificavam os elementos de um jornal: nome, tiragem, manchete, previsão do tempo, anúncio e os cadernos de esporte ou economia.

Como ainda não dominavam a escrita, eles contaram com a ajuda da professora para produzir, a partir da análise dos periódicos, vários gêneros textuais, como classificados, piadas, propagandas e notas de aniversário. Em outra atividade, estudaram mapas do Brasil e localizaram o estado vizinho do Paraná, origem de um dos jornais usados em sala de aula. "Os alunos também entrevistaram um repórter, que veio até nossa sala e explicou como é feito um jornal", conta Maria Lúcia.



Memorização

A memória é um recurso importante no aprendizado, mas não pode ser o único meio para o ensino dos conteúdos escolares (CEDÊ SILVA)

Qual o papel da memorização no ensino? A repetição de fórmulas e conceitos prontos, sem reflexão ou entendimento, a famosa "decoreba", é severamente criticada por muitos especialistas. Mas será possível ensinar sem nada exigir da memória?

A professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Ana Luiza Navas, pensa que não. "A memória é parte do processo de aprendizagem. Quem não tem facilidade para usá-la, não atinge o último estágio do aprendizado que é reter e usar o conhecimento", argumenta. Para a professora, aprender significa que uma

informação foi memorizada a partir da compreensão de seu sentido, permitindo que ela seja recuperada e aplicada num outro contexto.

Também o professor da Universidade Estadual de Maringá, Antonio Ozaí da Silva, considera que a memória é importante na educação, mas ressalva que o problema está em limitar-se a ela. "A memorização, a meu ver, não exige a reflexão e, portanto, é duvidoso se houve aprendizado. Em nossa vida estudantil, fomos bem em muitas provas, mas isso não significa que tenhamos aprendido", acrescenta.

Da memorização ao aprendizado

Se a memória não é suficiente para o aprendizado, não deixa de ser fundamental. Mas memorizar é diferente de decorar? Para Antônio Ozaí, "os dois verbos indicam a atitude de guardar a informação com objetivos imediatos, sem refletir criticamente sobre o seu conteúdo". A professora Ana Luiza Navas acentua que o ato de decorar permite que a pessoa seja capaz apenas de repetir uma informação que não fez sentido, como recitar o Hino Nacional sem entender a letra ou dizer uma frase numa língua que não conhece. Já memorizar, significa que a informação fez sentido, porém não pode ser recuperada em outro contexto. "É o caso de guardar na memória uma poesia ou fórmula, que é compreendida, mas que a pessoa não relaciona com uma aula de outra matéria ou não percebe que já ouviu falar do assunto quando está diante de um texto relacionado àquele conteúdo", exemplifica.

Um importante tipo de memória é a que usamos para reter informações imediatas de modo que façam sentido, como as frases de uma conversa à medida que são ditas. Trata-se da memória de curto prazo, também chamada de operacional ou de trabalho. "O importante aqui é o papel da atenção. Sem ela a informação não se retém", destaca Ana Luiza Navas. A falta de atenção prejudica o funcionamento da memória operacional e, dessa forma, não é possível apreender conceitos novos para posterior reflexão. Qualquer reflexão ou crítica é impossível sem a memória operacional, uma vez que cada frase não faria sentido.

A memorização como vilã

A chamada "decoreba" é criticada severamente nas escolas, mas trata-se de uma prática fundamental no cotidiano. "Quando quero discar um número de telefone ou treinar-me para ir a um endereço, preciso de uma resposta mais rápida", exemplifica a professora.

O problema, segundo o professor Antônio Ozaí da Silva, é restringir-se a apenas decorar: "a decoreba não forma, não educa; é apenas um recurso para conquista de diplomas e certificados". Ana Luiza Navas completa: "Aprender é diferente de reter. A 'decoreba' implica o não-processamento, o não-aprendizado".

Repetir para memorizar?

Outra controvérsia sobre o assunto está no uso da repetição como forma de memorizar. É quando, por exemplo, o professor pede aos alunos que copiem uma mesma palavra várias vezes, ou faz ditados de palavras avulsas para exercitar sua grafia correta. Segundo Ana Luiza Navas, as pesquisas indicam que as cópias e ditados não garantem necessariamente que a criança aprenda, porque as palavras estão fora de um contexto. "É melhor para o trabalho de ortografia se a mesma palavra for lida em textos diferentes", aconselha.

Ela destaca, ainda, que apenas memorizar as regras ortográficas não é o suficiente. Contudo, as crianças podem aprender as regras gerais depois que adquirirem um vocabulário mínimo no qual elas sejam aplicadas.

A memória tem limites e se desenvolve com a idade. "Nós memorizamos muitas coisas e esquecemos outras, daí recorrermos a outros recursos, como anotações, agendas, etc.", lembra Antônio Ozaí. Por causa dessas limitações, a professora Ana Luiza chama a atenção para o fato de que os critérios da avaliação de crianças mais novas, cuja memória ainda não está plenamente desenvolvida, não podem ser os mesmos aplicados a pessoas mais velhas. Eles devem variar de acordo com o plano pedagógico e com o assunto memorizado (grafias, figuras, datas), mas a ideia é respeitar as fases de desenvolvimento. "Uma criança de seis anos não tem a mesma capacidade de memorização de uma de dez", resume a professora.

Foto: Corbis Images



Xeque-mate!

Na alfabetização, nas lições de matemática ou em horários depois da aula, o tabuleiro de xadrez pode ser tão útil quanto o quadro-negro (CEDÊ SILVA)

O peão lidera o exército, andando sempre para frente, mas, como não pode expor seu corpo desviando o escudo, só ataca na diagonal. O rei, gorducho, tem dificuldades de locomoção e anda apenas uma casa por vez, apesar de ser a peça mais importante. Sua esposa, contudo, para manter o marido bem informado, pode percorrer o reino inteiro rapidamente. Seu papel de destaque simboliza as conquistas da mulher na sociedade.

Estas são algumas das didáticas que, em sua monografia *Utilização do Lúdico no Ensino de Xadrez nas Escolas*, o técnico desportivo Wendel Assis sugere ao professor que quiser usar o jogo na sala de aula. Ele leciona o xadrez em três escolas municipais de Mogi Guaçu (SP) e num centro esportivo municipal. "Com as suas muitas facetas – brinquedo, jogo e esporte – a atividade pode ser utilizada como suporte para aprimorar diversas habilidades em várias matérias. Para a matemática, há o desenvolvimento do raciocínio lógico; para o português, do raciocínio sintético; para a geografia, da inteligência espacial; para o inglês, de conceitos e nomes estrangeiros, etc.", afirma o professor. Em duas das escolas municipais em que trabalha, o xadrez faz parte dos horários de aula das crianças do 1º ao 3º ano do ciclo intermediário (3º ao 5º ano do ensino fundamental).

Desde 2004, a professora da Universidade Estadual Paulista, Rosa Maria Scalvi, coordena projetos de extensão, em creches de Bauru (SP), que incluem aulas de xadrez para crianças de cinco a seis anos. Os projetos apresentam forte caráter multidisciplinar: já participaram bolsistas de cursos de graduação em biologia, educação artística, física e pedagogia. "Juntamente com as técnicas e regras do jogo, buscamos, no decorrer do programa, desenvolver habilidades como concentração, capacidade de resolução de problemas, visão ampla na tomada de decisões e sociabilização", diz a professora. Para ela, as atividades pedagógicas podem ser combinadas com o jogo de xadrez e colaborar, ainda, com o processo de alfabetização.

Com o rei na barriga

A imagem de grandes gênios enxadristas com nomes exóticos disputando uma tensa e complicada partida por horas a fio pode assustar quem não sabe jogar, fazendo pensar que o jogo é muito difícil de aprender. Na verdade, as regras do xadrez são poucas e simples, mas permitem combinar uma infinidade de movimentos e estratégias possíveis. Em 1950, o matemático americano Claude Shannon (1916-2001) publicou um artigo na revista *Philosophical Magazine* em que estimou que o número possível de partidas diferentes de xadrez (10^{120}) é maior que o número de átomos no Universo conhecido (10^{80}). O raciocínio é o seguinte: numa partida de xadrez, o jogador que começa tem vinte movimentos possíveis e seu adversário pode responder com outros vinte. Portanto, só de lances iniciais prováveis são 400 (20×20). À medida que a partida se desenvolve, haverá, a cada momento, mais de trinta movimentos possíveis para cada jogador, isto é, mais de 900 combinações por rodada. No final das contas, contudo, são apenas seis tipos de peças e dois jogadores.

O xadrez pode ser aprendido desde muito cedo. Wendel Assis afirma ser possível ensinar o jogo para crianças a partir dos quatro anos. E a professora Rosa Maria Scalvi lembra que, além de crianças em idade pré-escolar, também pessoas na terceira idade podem se beneficiar da atividade, exercitando a concentração e a memória.

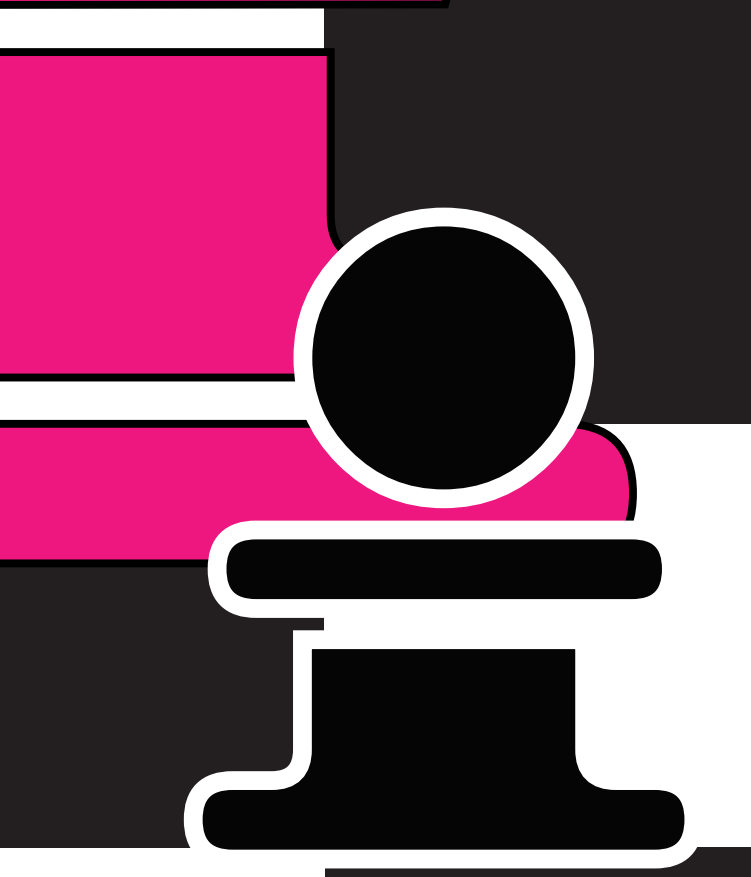
Professor de matemática das redes municipal e estadual de São Paulo, André Santos usa o xadrez como instrumento pedagógico para alunos de seis a 14 anos. "É tanto uma ferramenta de articulação pedagógica como um instrumento de formação do indivíduo", acredita. Segundo o professor, esse jogo é um poderoso aliado nas aulas de matemática, por exercitar o raciocínio, a resolução de problemas e o espírito questionador, pelo levantamento de hipóteses com a possibilidade de serem testadas de imediato. O jogador deve pensar antes de jogar, considerar as opções possíveis e, logo depois, pôr uma delas em prática, verificando, em seguida, o resultado.

Além de ser uma atividade para várias disciplinas e para todas as idades, os professores André Santos e Rosa Maria Scalvi afirmam que, com o enfoque e treinamento adequados, qualquer criança pode se tornar competitiva no xadrez, embora isso não seja condição necessária para seu uso pedagógico. "Antes de saber se uma determinada criança está ou não apta para participar de uma competição devemos refletir se a criança realmente precisa competir", alerta Wendel Assis.

Já pro xadrez

São muitas as experiências positivas relatadas por professores quanto ao uso do xadrez para melhorar a atenção, o empenho e a disciplina de alunos. "Durante os anos em que aplicamos o projeto nas creches de Bauru, tivemos diversas recompensas, principalmente, no caso de crianças com déficit de atenção e problemas de comportamento", conta a professora Rosa Maria Scalvi.

Ela acrescenta que o jogo permite ainda trabalhar com conteúdos de história, com a contextualização do jogo; matemática, utilizando o próprio tabuleiro; além de geografia, abordando a delimitação e conquista de espaço no tabuleiro, por exemplo. O técnico desportivo Wendel de Assis resume: "acredito que o xadrez, quando utilizado da forma correta e com a devida força de vontade, tende a surtir bons frutos".



Reinações de Lobato

Clássicos da nossa literatura infantil são bons meios de incentivo à leitura (SULAMARA MOREIRA)

Se perguntarmos a qualquer brasileiro qual o maior escritor infantil do país em todos os tempos, muito provavelmente, a resposta será Monteiro Lobato. "A obra de Lobato tem imensa carga imaginativa que em geral envolve as crianças. É, por isso, um excelente instrumento de incentivo à formação de novos leitores", diz o professor da Universidade Estadual Paulista, João Luís Ceccantini. Autor de clássicos como *Reinações de Narizinho*, *Memórias de Emília* e *O pica-pau amarelo*, Monteiro Lobato produziu, a partir de 1920, extensa obra para crianças. O professor acredita que, embora escritas há muito tempo, as histórias lobatianas são bem atuais. Ele aconselha, porém, que os professores façam uma leitura prévia e uma seleção antes de trabalhar com os livros em sala de aula.

Diferenças na linguagem

Os textos de Lobato têm sintaxe mais elaborada e algumas expressões usadas já caíram em desuso, o que pode dificultar a leitura. Porém, de acordo com a professora da Universidade de Campinas, Marisa Lajolo, esse entrave pode ser superado. "Se o professor fizer a leitura com entonação e ritmo certos, a criança consegue apreender", afirma.

O escritor e ilustrador de livros infantis, Luís Camargo, acompanhou algumas professoras em um projeto de incentivo à leitura com textos de Lobato em escolas públicas cariocas. Neste trabalho, ele percebeu que o vocabulário do autor não é empecilho. "No começo, eu tinha a preocupação de que a linguagem atrapalhasse a compreensão dos alunos, mas eles tiraram de letra", conta. Segundo João Luís Ceccantini, ocorre que, em geral, na leitura, os alunos tendem a não levar em conta palavras que desconhecem, entendendo-as pelo contexto. "As crianças se atêm mais à história e seus aspectos lúdicos do que às barreiras da linguagem", explica. Contudo, ele ressalta a importância da ajuda do professor em caso de dúvidas.

As professoras Inês Rocha e Margareth Knupfer estavam no projeto desenvolvido no Rio de Janeiro. Antes de começar a leitura, elas explicavam as palavras menos comuns hoje. Inês considerou a atividade muito interessante, pois os alunos ampliavam seus conhecimentos sobre os termos e, ainda, interagiam entre si. "Ao invés de omitir ou substituir expressões pouco usuais ou desconhecidas, incentivávamos o uso do dicionário e da pesquisa para que as crianças descobrissem os significados", conta.

Livro e TV

Além dos livros, as professoras trabalharam, também, com episódios do programa de TV *Sítio do pica-pau amarelo*. Elas se surpreenderam, pois muitas crianças ainda não conheciam bem a adaptação desses livros para a TV. "Eles até identificavam as personagens, mas não tinham visto os episódios que estávamos trabalhando", diz Margareth.

A princípio, não se pensou numa proposta de comparar a obra escrita com sua versão televisiva, mas as questões que surgiam a esse respeito eram comentadas na sala de aula. "No início do projeto, mostrei o vídeo do episódio No Reino das Águas Claras. Isso ajudou as crianças a fazerem a relação entre o que iam ouvindo e o que tinham visto. O interessante é que muitos disseram preferir o livro", relata.

João Ceccantini reforça que esse pode ser um recurso interessante. "É sempre bom estimular o exercício de comparação, o estabelecimento de relações, a avaliação e a crítica por parte das crianças." Segundo o professor, ao relacionar as duas versões, as crianças discutem semelhanças e diferenças, ampliando sua visão sobre a obra. A professora Marisa Lajolo acha válido que as crianças reflitam, inclusive, sobre as adaptações de estilo decorrentes da mudança de suporte e de contexto. Para ela, toda grande obra está sempre sendo reescrita e as crianças podem se divertir com isso. "Acho que representar Dona Benta navegando pela internet é o tipo de adaptação que Monteiro Lobato faria se ele tivesse chance de reescrever seus livros. Ele também colocaria as personagens falando pelo celular, assistindo a TV a cabo e, provavelmente, Tia Nastácia adaptaria a receita dos bolinhos para o micro-ondas",

Polêmico e preconceituoso?

Muitos críticos apontam como um problema o modo como os negros aparecem na obra de Lobato. Segundo eles, a forma como Tia Nastácia é tratada e a sua posição social, por exemplo, denotariam preconceito. Para João Ceccantini, contudo, "o autor não foi mais preconceituoso que os demais escritores de seu tempo, formadores de uma elite intelectual branca e masculina, influenciada por teorias como a da evolução das espécies e de eugenia". O professor salienta que propor essas questões em sala pode ser bem produtivo.

Opinião semelhante tem a professora Marisa Lajolo, autora de livros sobre a vida e a obra de Lobato. "A Emília xinga Tia Nastácia como xinga todo mundo; mostra a língua para Dona Benta e é irreverente com todas as autoridades. Não acho que os livros lobatianos propaguem racismo. Ele era um brasileiro de sua época. E dos que tinham melhor cabeça", defende. Entretanto, Marisa Lajolo também incentiva a discussão dessa questão em classe, caso o professor ache que valha a pena.

Aos cinco, aos seis ou aos sete?

Idade adequada para a criança ingressar no ensino fundamental gera polêmica entre especialistas, pais, escolas e chega até a justiça (JULIANA AFONSO)



Temas como infância, brincadeiras e amizade são a base das histórias da *Turma da Mônica*, revista em quadrinhos criada por Maurício de Sousa no início dos anos 1960. As personagens principais, Mônica, Cebolinha, Magali e Cascão, todos com seis anos de idade, passam grande parte do dia brincando na rua, conversando e criando confusões típicas de crianças. Na roça, Chico Bento também tem tempo para tudo isso. Mas a manhã está reservada para a escola. Ele e seus amigos do campo têm sete anos e estudam com a professora Marocas.

A diferença de um ano, dentre outras características, marca as peculiaridades entre as histórias de cada grupo. Mas como seria se as outras personagens da *Turma da Mônica* também frequentassem a escola?

Desde 2005, crianças com seis anos de idade passaram a ingressar nas escolas de ensino fundamental. Naquele ano, entrou em vigor a lei nº 11.114 do Ministério da Educação (MEC), que determina a matrícula de alunos dessa faixa etária. Pouco depois, em fevereiro de 2006, a lei nº 11.274 estendeu o ensino fundamental de oito para nove anos, mantendo a obrigatoriedade de as crianças com seis anos serem matriculadas. O prazo limite para a implantação das leis em todo o Brasil é 2010.

A ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos tem como objetivos principais aumentar o tempo da criança dentro da escola e proporcionar-lhe um contato mais cedo com a leitura e a escrita. Dessa forma, um ano a mais não significa que os estudantes aprendam mais, mas que aprendam melhor.

A coordenadora geral do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do MEC, Edna Borges, acredita que com essa ampliação "o Brasil deu um importante passo para acompanhar outros países que já garantiram esse direito". Só na América do Sul, Argentina, Colômbia, Equador, Guiana, Uruguai, Venezuela e Peru já aderiram a esse sistema.

Primeiro dia de aula

A maior polêmica em torno dessa questão, atualmente, é a idade mais adequada para a criança começar a ir à escola no ensino fundamental. A lei determina que a entrada deve ocorrer aos seis anos, mas não indica se as crianças devem completar essa idade antes ou durante o ano letivo, o que permite diferentes interpretações e gera controvérsias.

Chegar a um corte etário não é tarefa fácil. Em geral, a análise parte dos aspectos biológicos da criança. Ainda assim, "todo corte é arbitrário e necessário. Se você deixa solto, corre o risco de ter uma incapacidade de gerenciamento", afirma a professora da Faculdade de Educação da UFMG e pesquisadora do Ceale, Mônica Correia.

Segundo Edna Borges, o parecer nº 4 de 20/02/2008 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) reafirma a importância da criação de um novo ensino fundamental, com matrícula obrigatória para as crianças a partir dos seis anos, completos ou a completar até o início do ano letivo. Contudo, um parecer não tem força de lei. Dessa forma, continuam a ingressar no 1º ano do ensino fundamental crianças de cinco, seis e sete anos. Em cada Estado, a responsabilidade de definir a idade em que a criança vai entrar na escola é do conselho estadual de educação. "Os conselhos municipais, por sua vez, sugerem a faixa de corte para a instância estadual", explica o presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE-PR), Romeu Gomes Miranda.

Porém, no entendimento do MEC, todos os sistemas de ensino, estaduais e municipais, devem adotar as normas estabelecidas pelo CNE em obediência ao princípio da existência de um Sistema Nacional de Educação. "Infelizmente esse regime de colaboração ainda não foi regulamentado e alguns sistemas de ensino confundem autonomia com soberania e fazem normas próprias que descumprem as estabelecidas pelo CNE", critica Edna Borges.

No Brasil, há grandes diferenças nos cortes de idade adotados por alguns Estados. Goiás, Mato Grosso e Ceará, por exemplo, determinam o limite de ingresso para crianças que completem seis anos até 30 de abril. Em Minas Gerais, São Paulo e Piauí, o limite é 30 de junho. Já no Paraná e no Mato Grosso do Sul, são aceitas matrículas de crianças que vão completar seis anos até o fim do ano letivo.

Para a presidente do Conselho Nacional de Educação, Clélia Brandão, a lei é clara: a matrícula é aos seis anos de idade. "Tem que ser até o primeiro dia do ano letivo porque se você matricular uma criança que completa seis no final do ano, a criança fez o 1º ano do ensino fundamental com cinco anos", alerta. Segundo ela, a lei não deixa brechas. "Alguns Estados é que não estão obedecendo o que foi normatizado", declara.

Na Justiça

A polêmica em torno da questão é tão grande que, em alguns Estados, a discussão foi parar na justiça. No Paraná, a implantação do ensino fundamental de nove anos começaria em 2007. Já no final de 2006, algumas instituições privadas daquele Estado entraram com uma ação na justiça reivindicando que as crianças que completassem seis anos no decorrer do ano letivo também pudessem ser matriculadas no 1º ano do ensino fundamental. Em março de 2007, o Ministério Público (MP) propôs nova ação

estendendo essas reivindicações a todos os estudantes do Estado. Ainda em março, a justiça concedeu liminar garantindo a matrícula desses alunos.

O presidente do CEE-PR, Romeu Gomes Miranda, critica a decisão: "as escolas do Paraná organizaram seus projetos pedagógicos e estão preparadas para receber crianças de seis anos. De repente vem a justiça e fala 'agora vocês vão receber crianças com cinco anos'. Claro que não há tempo para as escolas se adaptarem".

A coordenadora da Educação Infantil e Anos Iniciais da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, Arleandra Amaral, diz que a pressão ocorreu, principalmente, por parte de pais e escolas. "A grande questão aqui no Estado sempre foi a de ficar atrasado, de perder um ano, argumentos voltados para o futuro", afirma. Segundo ela, a Secretaria Estadual de Educação defende a permanência na educação infantil e o respeito ao tempo da infância.

Segundo Romeu Gomes Miranda, o CEE-PR já recorreu da decisão do MP e está esperando o julgamento final, que não tem previsão para ocorrer. Ele espera a derrubada da liminar para conseguir padronizar o corte etário no Paraná. Segundo Arleandra Amaral, grande parte dos 399 municípios do Estado aceita crianças com seis anos incompletos. "Se nós tivermos 10 que seguraram no início do ano letivo é muito."

Segundo o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Educação (CAOPEduc) do Ministério Público do Paraná, a decisão de conceder a liminar está apoiada na Constituição brasileira. "A partir do momento em que a Constituição dispõe que a educação infantil vai até os cinco anos, significa que, a partir dos cinco, ela deve entrar nesse novo 1º ano do ensino fundamental", explica a coordenadora do CAOPEduc, Hirmínia Dorigan Diniz. Ela afirma que foi por essa razão que o MP entrou com a ação pedindo a declaração de inconstitucionalidade da prática do corte etário. Atualmente, a lei aguarda julgamento na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

Toledo é um dos vários municípios do Paraná onde as escolas admitem, para o ensino fundamental, crianças que ainda não completaram seis anos de idade. O secretário municipal de Educação da cidade, Ildo Bombardelli, afirma que, antes da decisão, muitos pais reclamavam sobre o corte etário, principalmente quando o filho fazia aniversário poucos dias depois da data determinada. "Eles questionavam: 'Meu filho vai perder um ano por causa de três dias?'" O secretário afirma que a implantação do sistema aconteceu tranquilamente na cidade. "Em 2007 já estávamos atendendo 100% das crianças nessa idade. É um trabalho que vem dando certo", afirma.

Interpretações distintas

No Mato Grosso do Sul, a situação é parecida. Segundo a gestora de Educação Fundamental da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (SEE-MS), Alcione Valadares, no final de 2007, um juiz concedeu liminar permitindo a entrada no 1º ano do ensino fundamental a todas as crianças que completassem seis anos até o fim do ano letivo. "A Procuradoria Geral da República recorreu e a questão está no Supremo Tribunal Federal. Até hoje não saiu nenhuma decisão", diz.

A pesquisadora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Ângela Maria Costa, lembra que a legislação do ensino fundamental de nove anos determina que a escola deve estar adaptada, ter materiais apropriados, carteiras adequadas, professores preparados e proposta pedagógica pronta. "Mas o que acontece é que ninguém fez isso. Foi uma corrida geral e hoje as crianças com cinco anos ficam sentadas umas atrás das outras, com cartilhas e tarefas, copiando do quadro. São coisas absurdas acontecendo", critica.

A SEE-MS também é contrária à decisão do Ministério Público, mas admite que "a lei já está posta. Agora depende da sensibilidade dos pais. Os mais conscientes deixam os filhos na educação infantil. Mas a maioria acredita que antecipar a entrada da criança na escola é uma grande vantagem", afirma Alcione Valadares.

Paraná e Mato Grosso do Sul são alguns dos Estados que aceitam crianças com seis anos incompletos no ensino fundamental. Entre os nomes da lista também estão Goiás e São Paulo. Para resolver casos controversos como esses, o CNE solicitou à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (CONJUR/MEC) que avaliasse as resoluções desses conselhos estaduais e as liminares concedidas pelos Ministérios Públicos. A presidente do Conselho Nacional de Educação, Clélia Brandão, diz que, possivelmente, os MPs estão fazendo uma outra interpretação da constituição.

Ela afirma que, "se o parecer da CONJUR for favorável ao CNE, o Conselho vai entrar em contato com os Estados e estabelecer um diálogo para resolver a questão". Clélia Brandão garante que a intenção do CNE não é interferir na autonomia dos Estados e municípios, no entanto, lembra que é o órgão nacional que estabelece as diretrizes de orientações para todo o sistema.

Tudo a seu tempo

Clélia Brandão enfatiza que o ensino fundamental de nove anos precisa partir de um princípio que é constitucional: a aprendizagem como direito social. "Todo mundo tem que aprender na escola e ela precisa estar preparada para atender crianças de diferentes perfis, pois algumas já frequentaram a instituição e outras não", ressalta. E receber crianças de seis anos é um novo desafio. "Não é simplesmente tirar uma criança da educação infantil e colocar no ensino fundamental sem que esse novo ensino contemple as características dela", defende.

Para uma recepção adequada dessas crianças, a escola precisa de materiais didáticos apropriados, professores bem preparados, espaço físico condizente e uma proposta pedagógica consistente. "É diferente um aluno estar no ensino infantil e no ensino fundamental", adverte a pesquisadora Mônica Correia. Segundo ela, a distinção entre esses sistemas está no trato com o conteúdo e também nas exigências feitas ao aluno, uma vez que uma das características do ensino fundamental é apresentar um sistema de avaliação. "O ensino fundamental cobra mais e eu acho que a criança de seis anos se adapta bem a essa lógica, desde que a escola respeite suas necessidades."

O conteúdo a ser ensinado para as crianças de seis anos deve abarcar características tanto do ensino infantil, caracterizado pelo lúdico e pela brincadeira, quanto do ensino fundamental, caracterizado pelo ensino da ciência. "Essa é uma fase de transição da brincadeira para a organização", explica Romeu Gomes Miranda.

A situação muda ainda mais quando o aluno tem cinco anos de idade. "Entre adultos dois anos não quer dizer nada, é uma diferença mínima. Porém, uma criança de cinco anos é completamente diferente de uma criança de seis", esclarece o presidente do CEE-PR. A coordenadora da Educação Infantil e dos Anos Iniciais da SEE-PR, Arleandra Amaral, acredita que, para colocar uma criança de cinco anos no ensino fundamental, é necessário uma atenção individualizada, além de estender a necessidade dela ao brincar, aos movimentos e ao trabalho coletivo.

E aí a questão do espaço físico ganha mais importância. Em primeiro lugar, nem toda escola é capaz de garantir a diminuição de alunos em sala de aula, uma medida que visa dar mais atenção às crianças. A professora e diretora do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Terezinha Avelar, diz que "os professores ainda encontram grandes

dificuldades na própria organização de um espaço mais lúdico, com mesas e cadeiras de tamanhos que acomodem melhor os alunos de cinco anos".

Romeu Gomes Miranda acredita que crianças dessa idade não são capazes de se adaptar a um sistema de maiores cobranças como o do ensino fundamental. "A professora vai avaliar o conhecimento da classe. Submeter uma criança de cinco anos a isso é, a meu ver, trágico." Ele diz que os alunos vão acabar, inclusive, aprendendo menos. "Eles vão estar com uma estrutura psicológica abalada e saturada. Por isso o menor preparo. Se fosse aos seis anos, seria diferente". O presidente do CEE-PR aponta ainda outro risco: o de o ensino fundamental se transformar num ensino infantil. "A tendência é pegar as atividades do ensino infantil e desenvolvê-las no 1º ano. Eles vão infantilizando o trabalho para dar conta daquela criança que está lá indevidamente", ressalta.

Amadurecimento e capacidade

Com seis anos de idade a criança já tem maturidade suficiente para entrar em um sistema de maiores cobranças, como é o ensino fundamental? Essa é uma das maiores dúvidas. Segundo a pesquisadora Mônica Correia, há uma via de mão-dupla. "Durante muito tempo a gente acreditou que existia um período de maturidade. Essas teorias caíram um pouco nos anos 1980. A gente achava que para ter aprendizagem precisava de desenvolvimento, mas o contrário também acontece", explica.

Ela lembra que existem crianças que aprendem a ler e escrever fora da escola. Para a pesquisadora, isso mostra também que o amadurecimento depende muito do que a criança viveu. "O aprendizado está muito ligado à prática", acredita.

As características de uma criança de seis anos não desaparecem assim que ela entra no ensino fundamental. Por isso, parte do conteúdo ainda deve ser ensinada com ênfase no lúdico. "É preciso pensar o ensino fundamental de nove anos com base não só no significado da aprendizagem, mas no significado da entrada de uma criança de seis anos na escola", afirma Clélia Brandão. Segundo ela, a alfabetização, tratando-se de um processo, não deve abandonar as atividades do ensino infantil de uma hora para a outra. "Muitas vezes as pessoas não valorizam o lúdico, o cultural e a arte no ensino fundamental porque acham que isso é coisa da educação infantil. Mas toda essa formação ajuda a criança a desenvolver sua autonomia", observa Clélia Brandão.

Segundo a secretária estadual de Educação de Minas Gerais, Vanessa Guimarães Pinto, essa necessidade de um período de transição é exatamente a importância de mais um ano na escola. "A criança fica menos comprimida. Se ela entra aos sete anos, aos oito já tem que mostrar resultados de leitura e escrita; e a criança que não fez a pré-escola precisa fazê-la dentro do ensino fundamental", ressalta.

Alfabetização antecipada

Alfabetizar crianças de seis ou cinco anos do mesmo modo como se ensina leitura e escrita a alunos de sete pode trazer algumas consequências negativas. Romeu Gomes Miranda diz já ter ouvido de professores casos de crianças que se tornaram mais agressivas ao entrarem cedo demais no ensino fundamental. "Você exige dessa criança que se sente uma atrás da outra, entre no horário determinado, termine uma atividade no horário certo, faça provas, seja avaliada. Isso é pesado para ela. Cria uma indisposição psicológica que não deveria acontecer", alerta.

Para o presidente do CEE-PR, a criança de seis anos de idade, ao contrário, já está pronta para ingressar em um sistema de maiores cobranças, desde que isso seja feito de uma forma menos rígida. Opinião parecida é apresentada pela pesquisadora Ângela Maria Costa: "As crianças de sete anos já têm problemas porque tudo que aconteceu antes é cortado, as brincadeiras, a pintura, a música. Não existe uma ligação. Imagina com as crianças de cinco anos".

Se a entrada de crianças com cinco anos no ensino fundamental é polêmica, a antecipação da idade de ingresso de sete para seis anos é vista de forma positiva pela maioria dos envolvidos na área. Eles consideram essa antecipação um direito e uma possibilidade de acesso mais fácil à cultura letrada. Na opinião de Edna Borges, o mais importante é o ganho na qualidade da educação que esse ano a mais de estudo pode proporcionar. "É preciso salientar que os filhos da classe média, com raras exceções, se alfabetizam aos seis anos de idade. Por que então privar as crianças pobres desse direito?"

Supressão da infância ou direito da criança?

O argumento mais recorrente utilizado por quem defende a entrada das crianças de seis anos na escola é o acesso mais cedo à cultura letrada e a melhoria da educação. Por outro lado, uma crítica constante é a de que a infância estaria sendo perdida com a antecipação dos estudos. Mônica Correia diz que "há sim um risco do massacre da infância, pois cada vez mais os meninos têm que dar conta de mais coisas". Porém, a pesquisadora esclarece que isso não é uma regra: tudo depende da forma como a escola vai trabalhar com essas crianças. Para ela, aos seis anos, as atividades já podem ser mais sistemáticas, mas sem perder o foco no lúdico. Clélia Brandão argumenta que a antecipação do ingresso escolar "não é uma supressão da infância. É um outro projeto de ensino fundamental".

Quando a entrada no ensino fundamental se dá aos cinco anos de idade, entretanto, as opiniões se modificam. Para Ângela Maria Costa, nesse caso, "as crianças perdem a infância totalmente. Não existe brincadeira dentro da escola, só cartilha, lápis preto e borracha". Arleandra Amaral recomenda a entrada no ensino fundamental só aos seis anos. "A Secretaria entende que começar aos seis anos é uma boa oportunidade, desde que esse ensino fundamental se aproxime mais da educação infantil. Mas aos cinco não está nem em discussão", diz de forma taxativa.

Diferente do que pensam muitos pais, a pré-escola não deve ser entendida como lugar ou momento em que a criança está perdendo tempo. "Muito pelo contrário, na pré-escola a criança vai amadurecer, vai desenvolver um processo de relacionamento com os colegas e de conhecimento que é muitíssimo importante para ela ir bem no ensino fundamental", afirma Clélia Brandão.

»»» Pioneiros

Em alguns Estados, o ensino fundamental de nove anos já era realidade antes mesmo de a lei federal entrar em vigor. Minas Gerais, por exemplo, implantou o sistema em 100% de suas escolas no ano de 2004.

Foi nesse mesmo ano que a definição da idade para ingresso no ensino fundamental foi alterada. Podem se matricular no 1º ano, crianças que completam seis anos de idade até o dia 30 de junho (antes era até 30 de abril). A diretora da Escola Estadual Padre Eustáquio, Maria Leonor Cardoso, conta que, no início, alguns pais reclamavam. "Eles alegavam, principalmente, que uma diferença de 10 dias, por exemplo, era muito pequena para o filho não entrar no 1º ano do ensino fundamental. Algumas pessoas questionam ainda, mas é pouco. Eles respeitam o corte em junho", afirma.

Para a secretária estadual de Educação de Minas Gerais, Vanessa Guimarães Pinto, seja qual for o período do ano definido para o corte de idade, essa será uma decisão sempre "um tanto quanto arbitrária". Ela critica o parecer do Conselho Nacional de Educação, que determina seis anos de idade completos ou a completar até o início do ano letivo para ingressar no ensino fundamental. "As crianças não nascem sempre nessa época, elas nascem ao longo do ano", argumenta.

Em Olinda (PE), o ensino fundamental de nove anos chegou ainda mais cedo: em 2003. "Essa discussão já era posta para os gestores que assumiram naquele período. Aumentar a oferta antes da regulamentação da lei é uma questão do direito da criança, das classes populares, de terem acesso à educação",

afirma a diretora de ensino da Secretaria Municipal de Educação de Olinda, Edineide Santos.

A determinação no Estado é que, para ingressar no 1º ano do ensino fundamental, a criança deve completar seis anos de idade, no máximo, até o início do ano letivo, que, de modo geral, é em fevereiro. Mas se a criança estiver perto de completar essa idade até o mês de março, as escolas são orientadas a aceitar sua matrícula também. A diretora conta que o processo funciona muito bem e que as maiores dificuldades surgem quando alguns pais querem acelerar o processo escolar dos filhos. "A gente fala que não, que aqui na rede pública não pode colocar no ensino fundamental uma criança que vai fazer seis anos no meio do ano."

»»» Desafios do ensino fundamental de nove anos

Novidade para os alunos, dificuldades para os professores, que também precisam se adaptar. Terezinha Avelar diz que muitos docentes ainda estão se adequando à nova realidade. "Tudo que é novo gera algumas dificuldades de entendimento nos primeiros anos", observa.

Para a pesquisadora Mônica Correia, são duas as maiores dificuldades que um professor encontra em sala de aula: "uma tem a ver com sua formação e a outra com as condições de trabalho". No que diz respeito à formação, o professor deve entender as diferenças entre alunos de sete, de seis e de cinco anos e fazer com que o ensino se adapte à idade da criança em seus aspectos mentais e físicos. Para isso, algumas

secretarias e escolas estão promovendo cursos de formação para professores.

Sobre as condições de trabalho, Mônica Correia explica que a escola precisa dar suporte ao professor. Para ela, a escola tem que ter um projeto educacional compatível com essa nova turma e com os trabalhos que o professor quer desenvolver. Há também, em muitos casos, a necessidade de redistribuir os alunos e trabalhar com grupos menores.

Foi o que aconteceu na Escola Estadual Padre Eustáquio, na capital mineira. Segundo a diretora da escola, Maria Leonor Cardoso, há, sim, dificuldades para ensinar essas crianças. "Elas precisam de mais atenção por parte do professor." Pensando

nisso, a escola diminuiu as turmas do 1º e do 2º ano do ensino fundamental de 32 para 28 alunos por sala.

Às vezes, as maiores dificuldades para a inserção de crianças com seis anos no ensino fundamental podem vir dos próprios professores, como aconteceu em Olinda (PE). "Os docentes não se dão conta da sua resistência. Estamos desenvolvendo um trabalho para que eles compreendam que a aprendizagem não tem uma idade fechada", afirma a diretora de ensino da Secretaria Municipal de Educação de Olinda, Edineide Santos. O desenvolvimento do trabalho da secretaria foi feito em parceria com uma equipe de professores da Universidade de Pernambuco (UPE). A fase inicial durou três anos e agora ocorre o período de monitoramento.



Foto: Divulgação IDEB

O caminho é a biblioteca

Em 1968, por sugestão do *International Board on Books for Young People (IBBY)* – organização internacional que promove e divulga a literatura para crianças e jovens –, foi criada, no Brasil, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). As duas instituições têm o mesmo objetivo: promover a divulgação de livros de qualidade para a criança e o jovem e promover o acesso a esses produtos em todo o mundo. Segundo a secretária geral da FNLIJ, Elizabeth Serra, na época, a produção de obras destinadas para os mais novos não ia muito além de Monteiro Lobato e as bibliotecas públicas municipais não chegavam a 50. Hoje, mais de 40 anos depois, ela diz que esse quadro mudou. Os

títulos se multiplicaram nas prateleiras das livrarias e todas as escolas públicas têm sua própria biblioteca. No entanto, isso parece não ser suficiente para transformar nossas crianças em adultos leitores. Para Elizabeth Serra, é preciso criar uma estrutura capaz de atrair os pequenos para a biblioteca, ensinar a importância da cultura escrita e, principalmente, ter obras de qualidade à disposição. Nesta entrevista, ela fala um pouco da trajetória e das ações da FNLIJ nesses mais de 40 anos de existência, do cenário da literatura infanto-juvenil e do que falta ser feito para uma maior democratização do acesso ao livro no país. (NATÁLIA BECATTINI)

Qual era o cenário da literatura infanto-juvenil no país à época da criação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil?

A primeira coisa que fizemos, em 1968, foi um levantamento bibliográfico do que havia para crianças na produção cultural brasileira naquele momento. Esse primeiro passo foi orientado por uma das fundadoras, dona Ruth Vilella de Souza, que era bibliotecária e já tinha uma ação internacional ligada ao livro infantil. O diagnóstico, a primeira bibliografia brasileira sobre literatura infanto-juvenil, constatou que a literatura infantil, no país, se resumia a Monteiro Lobato, alguns pioneiros e muitas traduções mal feitas.

A Fundação desenvolve diversos projetos, programas e concursos em prol da leitura. Que atividades a senhora destacaria?

Temos alguns marcos concretizados. Hoje, por exemplo, o Prêmio FNLIJ é um selo de qualidade reconhecido, define um conceito referência para todas aquelas obras que vão compor os acervos, seja nos municípios, na área federal ou nas escolas. Além disso, esse trabalho de seleção indica, a cada dois anos, os candidatos brasileiros ao prêmio internacional Hans Christian Andersen, no qual já conquistamos as duas únicas premiações na América Latina. Essa capacidade de ler, selecionar e escolher também se reflete nessa indicação internacional. O reconhecimento fora do Brasil é outra conquista importante da fundação.

Qual é a influência do selo “Altamente Recomendável” na produção, recepção e circulação de livros no país?

A repercussão é muito grande. Na verdade, a gente não divulga o selo e sim o Prêmio FNLIJ. O editor e o autor que ganham o "Altamente Recomendável" recebem um carimbo que serve ao seu currículo. Você não faz ideia da felicidade dos editores com o prêmio, porque sabem que o livro foi lido por pessoas qualificadas e o peso de ter o nome da Fundação associado à obra. O selo é reconhecido nacional e internacionalmente, dando àquela publicação uma garantia de qualidade.

Como o trabalho da FNLIJ, com sede no Rio de Janeiro, chega a outros estados do Brasil?

Pelos votantes nas universidades. Os votantes são pessoas ligadas às áreas de educação ou letras que a Fundação escolhe ou que se inscrevem para ajudar na seleção dos livros indicados para os prêmios da FNLIJ. Por eles, temos uma interferência indireta. Temos, também, projetos em outros estados. Com a Caravana Monteiro Lobato, visitamos oito cidades das regiões norte, nordeste e centro-oeste. Quando eu estava no Proler, pudemos expandir muito nossa presença no país. Mas, muito antes dos anos 90, a Fundação já agia em boa parte do Brasil através da leitura dos livros e da Ciranda, a primeira ação da FNLIJ fora do Rio. As interferências, embora pequenas, existiam em todo o país.

“Uma biblioteca não pode ser vista apenas como uma sala com estantes, livros, computadores e mesas. É preciso profissionais qualificados, tecnologia, ações de formação de leitores.”

Nos últimos 40 anos, que avanço pode ser destacado nas políticas públicas para a leitura no país? A Fundação tem participado dessas ações?

Os avanços nas políticas de leitura, no Brasil, estão muito aquém da necessidade do brasileiro. No governo Fernando Henrique, participamos do Proler e pude acompanhar de perto a Secretaria do Livro e da Leitura, que propôs um movimento de criação de bibliotecas públicas. Até então, não havia demanda das prefeituras por isso. Foi, também, por influência nossa, junto ao MEC, que o Programa Nacional Sala de Leitura passou a ser Programa Nacional Biblioteca na Escola. É um detalhe, mas tem peso muito grande no imaginário e na criação do desejo pela biblioteca. Foi criado, ainda, o programa Literatura em Minha Casa, baseado no projeto da FNLIJ, Atelier do Artista, que doava livros para as crianças. Mas é tudo muito devagar.

E qual é o panorama atual?

Nesse governo, houve um profundo silêncio sobre os estudos e ações efetivas. Agora começam algumas ações do MEC, como programas de financiamento da formação de professores leitores e a compra de livros para a rede pública. Atualmente, todas as escolas brasileiras têm livros de literatura infantil. Há quinze anos, isso não existia. De quarenta anos pra cá, há uma mudança, mas continua muito aquém do que deveria ser. Por exemplo: não existe uma estratégia de bibliotecas como deveria ter. Hoje em dia, uma biblioteca não pode ser apenas uma sala com estantes, livros, computadores e mesas. É preciso uma estrutura com profissionais qualificados, tecnologia, ações de formação de leitores. Não se forma leitor só com livros. Temos uma política com muitas lacunas. Diria até que não temos uma política. O Proler não é uma política, é um programa que visa subsidiar uma política. Ao invés de se dar valor à experiência e avançar, tem-se um grande recuo.

A compra de livros para escolas públicas pelo MEC sinalizaria uma mudança de mentalidade em relação à leitura?

Claro. Acho que há maior clareza acerca da responsabilidade do Estado em manter as bibliotecas escolares e públicas. Renovar o acervo a cada ano é responsabilidade do governo e cumprir essa tarefa representa a vontade política de democratizar o acesso ao livro. Mas ainda existe a cultura da doação, que é prejudicial. Biblioteca pública ou projeto de governo pedir doações é um desrespeito. Além do mais, a maior parte dos livros doados são didáticos, sem interesse para uma biblioteca. Os acervos têm que acompanhar os lançamentos e as novidades literárias. Hoje em dia, com as verbas públicas, as bibliotecas só vão ter o último *Harry Potter*, por exemplo, dois anos depois que saiu. O livro *Crepúsculo*, uma moda mais recente, só lê quem pode comprar. A juventude sem dinheiro fica de fora, não tem acesso. Melhoramos, e muito, nos últimos anos. Mas ainda falta muita coisa para que as bibliotecas escolares sejam devidamente equipadas para fazer com que as crianças aprendam a ser leitores e entendam o direito de continuar essa prática ao saírem da escola.

Que importância tem a leitura na sociedade contemporânea?

Toda. Quem não é leitor, hoje, e digo num sentido mais abrangente, ou seja, quem não tiver condições de manter uma prática de leitura, que exige tempo e vai pela vida inteira, estará sempre em situação de falta. E não estou falando de leitura do mundo, da música, da arte, estou falando da leitura de textos escritos. Essa pessoa não vai acompanhar, com senso crítico, um noticiário, pois não estabelece relações entre as várias notícias e as várias leituras. Ser leitor é condição básica da cidadania, para o nosso país e para todo o mundo.



ELIZABETH SERRA - Para a secretária geral da FNLIJ, o acesso ao livro no país pode ser melhorado com a criação de bibliotecas e programas de incentivo à leitura

Foto: acervo pessoal



O trabalho da Fundação destaca algum tipo de leitura?

A gente considera que a literatura, por ser arte, oferece condições de conhecer o outro e a si mesmo, proporciona uma compreensão melhor do mundo, da sociedade. Porque a literatura, embora ficção, é um trabalho humano e reflete, indiretamente, um momento histórico e uma maneira de pensar. Ela levanta perguntas, questionamentos. Essa é uma contribuição fundamental. Em segundo lugar, há os livros informativos de qualidade, com linguagem acessível à criança e, ao mesmo tempo, com informações seguras, cientificamente comprovadas ou fundamentadas em pesquisas.

O hábito de contar histórias é um bom meio de incentivar o gosto das crianças pela leitura?

Sim, desde que se entenda o que é contar histórias. A forma de contar "à moda antiga", com o livro na mão, fazendo a leitura, é fundamental. Já o contar histórias de um contador que se fantasie, dramatize e decore o texto, não acredito que sirva para formar leitores. Se fosse assim, os cordelistas do nordeste já teriam alfabetizado todo mundo. Ou, na Idade Média, o teatro falado teria formado leitores e não é essa a realidade. Você só forma leitores quando coloca o livro como objeto importante na cultura e o hábito de ler como fundamental.

O trabalho com os adolescentes é mais difícil?

Acredito que estimular o adolescente é mais difícil que estimular o adulto porque, se o adulto vai para um curso, ele está disposto a isso. Na adolescência é mais complicado, por todos os motivos naturais da idade, pelos interesses, pelo grupo, pela curiosidade pelo sexo e, ainda, temos o concorrente atual que é a internet. Acho que é preciso respeitar essa fase, quando o jovem se afasta do texto literário. Essa onda do livro *Crepúsculo*, por exemplo, desencadeou na meninada um fenômeno parecido com o que foi o *Harry Potter*. Estão todos lendo a coleção *Crepúsculo* inteira e cada livro tem 250 páginas. Esses fenômenos são importantes, mas é preciso respeitar o jovem, quando ele se afasta da leitura, sem nunca, porém, deixar de dar opções.

Uma das ações da FNLIJ é a criação de bibliotecas comunitárias. O Brasil ainda tem poucos espaços como esses?

Muito poucos. Não sei o número exato, até porque acho que nem existe esse levantamento. E se o conceito de biblioteca pública ainda é frágil, imagina o de bibliotecas comunitárias! Nosso trabalho de implantar bibliotecas comunitárias demora dois anos, porque não é só chegar lá, comprar estante, computador, livros e inaugurar. A gente vai ao local, passa uma semana inteira trabalhando literatura, depois voltamos e fazemos treinamento com o bibliotecário. Para o acervo, definimos 70% dos títulos, os outros 30% partem da demanda da população, depois que a biblioteca é inaugurada.

“Os acervos têm que acompanhar os lançamentos e as novidades literárias. Com verbas públicas, as bibliotecas só vão ter o último volume de Harry Potter dois anos depois que ele saiu.”

E quanto a quem produz literatura, falta incentivo para os novos escritores? Qual a consequência disso para a literatura brasileira?

Acho que não. É claro que pode ser sempre melhor. Existe aí uma coisa que atrapalha a criação literária, que é o mercado. Eles têm que exercer essa pressão na demanda dos editores e no que o mercado quer. Mas não faltam oportunidades, até porque essa demanda das escolas acabou empurrando o mercado editorial no Brasil. Falta, ainda, uma melhor formação desses escritores. Ainda existe o conceito de "vou escrever uma historinha pra virar livro" e faz qualquer coisa. O resto é uma questão mais institucional mesmo, precisamos de mais congressos, mais encontros, bolsas e prêmios para escritores.

O que falta para melhorar o acesso ao livro no país?

Bibliotecas e programas que incentivem a população a usar esse aparelho institucional. É a escola que tem de ensinar isso. Ela é a principal porta de entrada da pessoa para a cultura escrita. Então, se você privilegia a cultura escrita, fazendo as crianças crescerem com os livros e ensina-lhes que não é preciso comprar, pois têm o direito de ter a biblioteca à sua disposição, quando se tornarem jovens, vão exigir dos seus representantes esse direito de cidadão. Se a biblioteca não existe, então, também não existe o hábito e o desejo de utilizá-la.



Música

Para fazer música. Cecília Cavaliere França. Coleção Maria Fumaça, Vol. 1. 2008. *Para fazer música* é um livro didático para o ensino da música nos 2º e 3º anos do ensino fundamental. O texto dialoga com a criança, estimulando-a a se posicionar de maneira expressiva e crítica em relação às experiências realizadas. Convocações específicas, como "reúna sua turma" e "convide seus amigos", propõem atividades coletivas capazes de promover o desenvolvimento socioemocional da criança. Inclui um CD com 35 faixas sugeridas para apreciação. Um repertório variado que inclui rock, rap, samba e compositores como Villa-Lobos, Tchaikovsky, Mussorgsky, Schafer, entre outros. Fruto de anos de pesquisa e experimentação da autora, com base na obra do educador musical inglês Keith Swanwick, a proposta estimula a criação individual e coletiva, a apreciação de obras de tradições diversas, o canto, a performance instrumental e a construção de instrumentos alternativos.

www.espacomusical.com.br – Site da escola de música Espaço Musical, fundada pelo músico e educador Ricardo Breim, em 1985. Nele, é possível consultar uma agenda de eventos sobre o assunto, além de ofertas de cursos de formação musical, alguns voltados para professores de música em escolas especializadas ou colégios. A instituição é conhecida por sua proposta pedagógica que trabalha a percepção musical e seu ensino como uma linguagem, ao invés de propor a mera reprodução de canções, como é comum nos cursos de música. Essa proposta pedagógica já rendeu à escola participação na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e nos cursos do programa Parâmetros em Ação do MEC.

Livro na roda

Monteiro Lobato livro a livro. Marisa Lajolo e João Luís Ceccantini (Org.). São Paulo. Editora Unesp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. Exame minucioso da obra infantil de Monteiro Lobato, título a título, por alguns dos mais conceituados pesquisadores da área. Cada capítulo é dedicado a um livro de Lobato, com discussões sobre imagens, linguagem, ilustrações e práticas editoriais do escritor. Nascida de pesquisas produzidas na Unicamp e na UNESP, a coletânea reúne novas análises sobre a obra de Lobato, que sugerem outras novas pesquisas e leituras. Seus autores buscam traçar uma história original da leitura do Brasil por Lobato. Revisitando a trajetória editorial de cada livro infantil, revelam as alterações procedidas em cada edição das obras do criador do *Sítio do pica-pau amarelo*, que tinha a mania de se reescrever.

Memória

http://antonio-ozai.blogspot.com - Blog do professor Antonio Ozai da Silva. Traz vários textos e discussões sobre "decoreba" e formas de ensinar. Também há resenhas de livros e *posts* autobiográficos, com histórias da vida do professor e casos ocorridos em sala de aula.

Xadrez

A Utilização do Lúdico no Ensino de Xadrez nas Escolas. Wendel Rodrigo de Assis. Desde jovem, Wendel Rodrigo de Assis joga xadrez e participa de campeonatos. Hoje, professor de Educação Física, Wendel pesquisa sobre o assunto. Sua monografia estuda o xadrez escolar sob três aspectos diferentes: do esporte, do jogo e do brinquedo, sem tirar a importância lúdica no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa apresenta também uma reflexão acerca da formação do professor para o ensino de xadrez.

Documento: http://www.clubedxadrez.com.br/download/wendel_cuba_trabalho.doc

Entrevista

Um imaginário de Livros e Leituras: 40 anos da FNLIJ. Obra lançada em 2008 para comemorar os 40 anos da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. A publicação conta a trajetória, os ideais e os projetos desta instituição. O livro está disponível, gratuitamente, na internet.

Site: http://www.fnlij.org.br/principal.asp?cod_diario=18

Em destaque

Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais. MEC/SEB/DPE/COEF. Brasília, 2004. Em fevereiro de 2004, vários setores do Ministério da Educação realizaram sete encontros regionais com o objetivo de esclarecer como se daria a implantação do ensino fundamental de nove anos no país. Em julho do mesmo ano, o MEC disponibilizou, em PDF, o documento Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais. O documento é resultado, em grande parte, desses encontros. Traz a argumentação legal do governo sobre a ampliação do ensino fundamental e a entrada das crianças nesse ensino aos seis anos de idade. Além disso, as orientações apontam questões sobre o processo de implantação como um todo e sobre a organização do trabalho pedagógico.

Site: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>



Alfabetização afinada

Unindo alfabetização e música, suas duas paixões, professora do Mato Grosso do Sul encontrou uma ótima maneira de motivar seus alunos (SULAMARA MOREIRA)



Foto: acervo pessoal

Regina Queiroz e seus alunos de alfabetização: alternativas para estimular o aprendizado

Muitos professores têm receio de encarar uma turma de alfabetização. Não foi diferente com Regina Queiroz, de Três Lagoas (MS), em 1968, no início de sua carreira. "Assim que encontrei a diretora da primeira escola em que fui dar aula eu falei: me dê qualquer turma, menos a de alfabetização", conta, rindo, a educadora. Filha de professora, Regina, com 19 anos na época, sabia o quanto era trabalhoso alfabetizar. "Eu sempre via minha mãe muito atribulada, levando cadernos para corrigir em casa", lembra. Entretanto, assim que começou a trabalhar na área, ela se apaixonou. "Apesar daquele medo natural que a gente costuma ter com relação ao novo, eu sempre gostei de desafios". Ela havia acabado de se casar e mudou-se para uma cidade vizinha chamada Aparecida do Taboado. Lá, em sua primeira experiência como docente, deu aulas para uma turma de alfabetização de adultos.

Mesmo tendo sucesso nessa primeira empreitada, Regina sentia que tinha mais afinidade com as crianças. "Dos 30 alunos dessa minha primeira turma, alfabetizei 29. Fiquei frustrada por não ter conseguido ensinar uma única aluna a ler. Mas, no ano seguinte, ela foi trabalhar na minha casa e eu aproveitei para alfabetizá-la usando receitas culinárias."

Em 1969, ela assumiu uma turma de alfabetização infantil e, a partir daí, passou a se dedicar só aos pequenos. "Ver crianças que chegam sem saber nem pegar no lápis escrevendo redações depois de alguns meses é muito gratificante", diz.

Letra e música

Regina sempre gostou de música, especialmente do piano, que toca desde criança. Em Aparecida do Taboado, ela trabalhava na escola pela manhã e, à tarde, dava aulas de piano em casa. Em busca de uma alternativa para tornar mais interessante o aprendizado de seus alunos na alfabetização, ela resolveu unir suas duas paixões. A alfabetizadora escolhia uma música e, a partir das palavras chaves na letra da canção, trabalhava as famílias silábicas. "Por exemplo, na música *A casa*, de Vinícius de Moraes: a gente cantava e depois eu trabalhava com as crianças o CA-CO-CU", explica. Ela conta que, desse modo, as crianças assimilavam mais facilmente as novas informações.

A professora se emociona ao relembrar a primeira vez que mostrou um piano aos seus alunos. Era formatura dos estudantes da 4ª série e ela resolveu tocar em homenagem aos formandos, que nunca haviam visto o instrumento. "Eles ficaram olhando curiosos para aquele móvel estranho em cima do palco e, quando comecei a tocar o Hino Nacional, os olhinhos deles brilhavam tanto que, ainda hoje, eu sou capaz de lembrar de cada carinha."

Criatividade a toda prova

Dez anos depois, Regina voltou para Três Lagoas e continuou a trabalhar com alfabetização. Ela seguiu inventando novidades para manter a motivação de seus alunos. "A criança,

naturalmente, já tem muita vontade de aprender, mas depende do professor estimular essa busca pelo aprendizado", afirma.

Uma das maneiras que a educadora encontrou para isso foi incentivar a interação entre os próprios alunos. Mesmo numa época em que se acreditava que as turmas deveriam ser homogêneas, em termos de aprendizado, Regina sempre preferiu a diversidade. "Eu sempre quis que em minha turma houvesse alunos de todos os níveis: os com mais facilidade, os medianos, os com mais dificuldade, todos juntos", afirma. Ela acredita que, ao conviver com as diferenças, as crianças aprendem a se ajudar.

Regina conta que, em sua classe, os alunos com mais facilidade costumavam acabar as atividades antes dos outros. "Então eu colocava esses alunos para me ajudarem. Naquele dia, eles eram 'professores'." Dessa forma, além de manter a classe bem comportada, a alfabetizadora permitia a troca de conhecimentos entre os alunos. "Isso ajudava muito os estudantes a melhorar, até porque aqueles que não eram os 'professores' do dia passavam a se esforçar mais para também ser e, em geral, eles conseguiam", lembra orgulhosa.

A professora usava sua criatividade também para driblar a falta de recursos. Preferindo sempre dar aulas em escolas públicas, em determinado ano, ficou sem material para trabalhar. "O Estado não mandou a cartilha para os alunos e eu sabia que eles precisavam de um apoio para estudar em casa. Então, eu mesma confeccionei um livrinho para eles no mimeógrafo."

Uma vez alfabetizadora, sempre alfabetizadora

Mesmo depois de aposentada, Regina não perde o "vício de ensinar", como ela mesma diz. Hoje, dá aulas de música para crianças e adolescentes e, vez ou outra, se pega ensinando as primeiras letras aos alunos. "Uma vez chegou para mim uma menina de três anos que queria aprender piano. Eu disse que não teria como ensinar porque ela ainda não estava alfabetizada. E não é que a danadinha virou para mim e disse que era só eu ensiná-la a ler?" Resultado: aos quatro anos, a pequena Elvia já lia, escrevia e tocava piano. Agora, Regina ensina as notas musicais e as famílias silábicas ao mesmo tempo. "Para os meus alunos mais novos eu ensino que o dó é de dominó, o ré, de régua, o mi, de milho, e assim por diante. Não adianta, a alfabetização faz parte da minha vida!"